

SEGURANÇA PÚBLICA

Reajuste pode ser alívio para policiais endividados

Com recursos do FCDF, o aumento destinado às corporações, que terá impacto financeiro de R\$ 2,3 bilhões até o ano que vem, em duas parcelas, deve movimentar a economia do DF. Pedido foi encaminhado por Ibaneis Rocha ao presidente Lula

» LETÍCIA GUEDES
» GIOVANNA SFALSIN*

O caminho para o aumento

Dinheiro para as corporações agora depende da decisão do Palácio do Planalto

- 1 No dia 18, o governador Ibaneis Rocha (MDB) enviou um ofício para o Palácio do Planalto solicitando uma audiência com o presidente Lula para tratar, com urgência, sobre o reajuste das forças de segurança do DF.
- 2 O valor do reajuste será de R\$ 2,3 bilhões, divididos em duas parcelas (setembro de 2025 e maio de 2026). O dinheiro está no montante garantido pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), que são recursos previstos na Constituição e que são repassados pelo governo federal para o DF. Esse dinheiro é destinado ao pagamento das forças de segurança e de parte das despesas da saúde e da educação da capital do país.
- 3 No caso das forças de segurança, o pagamento é feito diretamente pelo governo federal.
- 4 Depois de receber o pedido de Ibaneis, o presidente Lula pode concordar ou não com o aumento. Até a última sexta-feira, Ibaneis aguardava a confirmação da data da audiência.
- 5 Caso Lula concorde pelo aumento, o Planalto do Planalto elabora uma medida provisória, ou projeto lei, e envia ao Congresso Nacional.
- 6 As duas casas do Congresso analisam e votam o aumento.
- 7 A proposta volta ao Planalto para sanção do presidente Lula.
- 8 Em seguida, é publicado no Diário Oficial da União.
- 9 Antes de setembro, data do pagamento da primeira parcela do reajuste para as forças de segurança, o GDF faz a folha com o novo valor, e a União deposita o salário na conta dos policiais.

Mesmo sem confirmação oficial do reajuste salarial às forças de segurança do Distrito Federal (DF), há servidores que comemoram o aumento. Aline (nome fictício) é bombeira do Corpo de Bombeiros Militar do DF (CBMDF) e conta que, a partir do momento em que o governador Ibaneis Rocha (MDB) informou a proposta, a notícia se espalhou entre os integrantes da corporação. Os profissionais que atuam nas polícias Civil, Militar e no CBMDF aguardam com ansiedade a aprovação da medida, que terá impacto financeiro de R\$ 2,3 bilhões até o ano que vem e será custeado pelo Fundo Constitucional do DF (FCDF).

Segundo a Secretaria de Estado de Economia (SEEC), o aumento será dividido em duas parcelas — a primeira a ser paga em setembro deste ano, e a segunda, em maio do ano que vem. Até que o dinheiro esteja, finalmente, no bolso dos bombeiros e dos policiais, porém, há um longo caminho a ser percorrido, que parece ainda mais extenso para quem está preocupado em se livrar do endividamento. O *Correio* conversou com profissionais da área, que falaram sobre a espera pelo reajuste e acreditam que essa será uma oportunidade para se livrar das dívidas.

Segundo Aline, muitos militares com quem trabalha precisam fazer empréstimos para manter a família. “Tenho apenas um (empréstimo), mas o valor que pago por mês é alto e, como tem parcelas do aluguel, do carro, do seguro, das contas de casa e do cartão de crédito, acaba que fico apertada.” Aline revelou que fez empréstimo com juros altos para quitar as faturas do cartão de crédito.

Ela acredita que o reajuste vai ajudar a equilibrar as finanças, por isso, aguarda com expectativa. “Falaram que esse vai ser o maior aumento das forças de segurança do DF”, comemorou. A medida visa equiparar os salários dessas corporações aos da Polícia Federal, com aumentos que podem chegar a 37%, dependendo do cargo.

Valorização

Após o *Correio*, o secretário de Segurança Pública do DF, Sandro Avelar, afirmou que a valorização dos profissionais dessa categoria é fundamental para que eles desempenhem suas funções com ainda mais motivação e comprometimento. “A adequação salarial é um reconhecimento do papel essencial que exercem no combate ao crime e na manutenção da ordem pública, refletindo a importância do trabalho que realizam diariamente em benefício da população”, disse.

Ansioso e empolgado com o tão esperado reajuste, o policial civil Ricardo (nome fictício), que é servidor há 29 anos, afirma estar otimista. “Faz 10 anos que nós estamos aguardando essa equiparação de salário com os policiais federais. Isso vai ajudar a manter o nosso padrão de vida, principalmente porque nossa remuneração precisa acompanhar a alta da inflação”, destacou.

De acordo com ele, alguns

37%
é a previsão máxima de aumento para alguns oficiais, dependendo do cargo

colegas de profissão se rendem ao empréstimo consignado e se afogam em dívidas para se manterem. “Esse aumento vai dar um alívio para nós. Muitas vezes, precisamos apertar daqui e dali, reduzir os gastos e realizar cortes nas finanças para conseguir fechar o mês sem passar por apuros”, ressaltou.

Na última quinta-feira, a vice-governadora Celina Leão (PP) afirmou que o GDF aguarda a proposta do governo federal ao pedido de audiência para tratar sobre o reajuste salarial. “Ainda não responderam. A expectativa é de que isso aconteça nos próximos dias. A gente realmente quer que isso seja materializado”, declarou.

João (nome fictício), policial militar de longa carreira, afirmou se lembrar de ter tido apenas um reajuste, no ano passado.

“Tivemos ao decorrer do tempo aumentos para compensar a inflação, que foram insuficientes para suprir as perdas. Quando entrei para a polícia, um soldado ganhava, em média, uns oito salários mínimos. Hoje, no entanto, mal ganham cinco”, desabafou.

Ele ainda comenta sobre a defasagem salarial em comparação aos últimos anos. “Éramos a Polícia Militar mais bem paga do Brasil. Hoje, levando em consideração a remuneração de todas as graduações e patentes, não estamos nem entre as 10 do país. Acho que passou da hora, uma vez que, como eu disse, o nosso salário foi minado no decorrer do tempo.”

Além disso, para o policial militar, essa elevação salarial ajudará no empréstimo consignado que fez para pagar a prestação de sua casa. “Caso aprovado pelo governo federal, não dará para quitar (todas as dívidas), mas, pelo menos, recupera o meu poder de compra e o padrão de vida de anos atrás”, complementou.

Se liberados os recursos, o coordenador do curso de ciências econômicas do Iesb, Riezo Almeida, explica que eles aumentarão a circulação de capital no DF, o que contribui para o consumo dos produtos em comércio e serviços. Ele explicou que três atores econômicos serão beneficiados. “O primeiro, são as próprias famílias dos servidores da segurança pública. O segundo é o governo, com os impostos do ICMS (Imposto sobre Circulação

de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). E, por último, a cidade de Brasília, que receberá o investimento também na área da educação, saúde, lazer e mercado imobiliário”, completou.

Gabriel (nome fictício) entrou recentemente na PMDF e não tem dúvidas de que o reajuste influenciará diretamente em sua vida financeira. “Atualmente, minhas dívidas são as parcelas do enxoval/equipamento da corporação em comparação ao valor recebido pelas demais corporações do país. “Tempos atrás, nos estávamos entre os 10 primeiros salários do Brasil, hoje, os oficiais oscilam entre a 19ª e a 23ª posição. Brasília não é mais referência em termos salariais, principalmente no caso

Reparação

Para o coronel William Bonfim, presidente da Associação dos Oficiais do CBMDF (ASSO-FBM), o reajuste contribuirá para diminuir a defasagem salarial da corporação em comparação ao valor recebido pelas demais corporações do país. “Tempos atrás, nos estávamos entre os 10 primeiros salários do Brasil, hoje, os oficiais oscilam entre a 19ª e a 23ª posição. Brasília não é mais referência em termos salariais, principalmente no caso

dos oficiais”, disse.

“Há uma série de fatores que contribuem para a valorização das forças. A gente agradece ao governador pela construção de novos quartéis, pelo ingresso de novos militares, mas a questão salarial é um dos pilares, e a gente precisa de mais reconhecimento nessa área”, avaliou.

“O tema da equiparação salarial das forças de segurança pública do DF com a Polícia Federal vem sendo debatido há mais de uma década. No entanto, nos últimos anos, a crescente integração e parceria entre as forças de segurança do DF transformaram essa realidade e, pela primeira vez, conseguimos construir uma proposta conjunta, garantindo a equiparação salarial de forma equilibrada, respeitando as particularidades das carreiras e assegurando a valorização justa de policiais militares, civis e bombeiros”, finalizou Sandro Avelar.

O Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal (Sinpol-DF) comentou sobre o assunto e destacou a importância do restabelecimento da simetria salarial da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) com a Polícia Federal (PF). Segundo o sindicato, essa recomposição é fundamental para garantir a valorização dos profissionais que dedicam suas vidas à proteção da sociedade, especialmente diante do alto custo de vida na capital do país, um dos mais elevados do Brasil.

A entidade ressaltou que, historicamente, a PCDF esteve entre



“Éramos a PM mais bem paga do Brasil. Hoje, levando em consideração a remuneração de todas as graduações e patentes, não estamos nem entre as 10 do país. Passou da hora”

João (nome fictício),
policial militar



A adequação salarial é um reconhecimento do papel essencial que exercem no combate ao crime e na manutenção da ordem pública, refletindo a importância do trabalho que realizam diariamente em benefício da população”

Sandro Avelar, secretário de
Segurança Pública do DF

as primeiras posições no ranking salarial das polícias judiciárias, chegando a ocupar o primeiro lugar. No entanto, a paridade com a PF foi rompida em 2016, durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, deixando os policiais civis do DF sem reajuste por quatro anos. Em 2023, parte dessa defasagem foi corrigida, mas o Sinpol-DF defende que ainda é necessário recuperar o equilíbrio salarial entre as corporações.

Para o sindicato, a valorização da PCDF também fortalece a segurança nacional, já que o DF, como capital da República, deve ser referência para o restante do país.

De acordo com a Associação dos Oficiais da PMDF (Asof), a notícia não poderia ser melhor, mas ainda há uma expectativa, e não uma realidade. “Os valores conseguirão, depois de muito tempo, recompor nossos vencimentos e nos dar alguma segurança. Os caminhos ainda são longos e não temos a certeza de que receberemos esse aumento. As tratativas com o governo federal por parte do GDF nos deixa confiantes de que o presidente da República não apresentará óbices a nosso pleito. Iniciaremos, agora, uma verdadeira peregrinação nas autoridades com poder de decisão na esfera federal buscando a sensibilização destes a nossa causa”, afirmou o coronel-presidente.

* Estagiária sob a supervisão de José Carlos Vieira